

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Ação militar dos EUA contra a
Venezuela e suas implicações**

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 219 • 19 de Setembro de 2025

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Fragata USS "Jason Dunham" da Marinha dos EUA](#)

Por: Craig Fildes

Fonte: Flickr

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Leite Cypriano Neves

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos
(EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) William de Sousa Moreira
(EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)

REVISÃO E TRADUÇÃO

Mancy Mylene Soares Sant'Ana (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Gabriel Francisco Castro Aguiar (UFRJ)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Guilherme Demmer Knippenberg (UFSC)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Maria Fernanda Santos Kerr (UERJ)
Matheus Moreira Alves (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Júlia Santos Soares (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFF)
Rafael de Oliveira Maciel (UnB)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)
Yasmim Abril Monteiro Reis (San Tiago Dantas)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Júlia Monteiro Mello Fróes e Silva (Unilasalle-RJ)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Nina de Almeida Bonifacio Pereira (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Eduardo El-Hader Fantini (UERJ)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Anna Laura Silveira Lengruber (UFRJ)
Gastão Menescal Carneiro Neto (Unilasalle - RJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (FGV)
Marcelle Torres Alves Okuno (UERJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Rafael Prisco Cabral (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri Oliveira Mendes (Université Paris Nanterre)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)

TEMAS ESPECIAIS

Gabriel Mendes Andrade (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Maria Elena Andrade Barbosa (EFOMM)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)

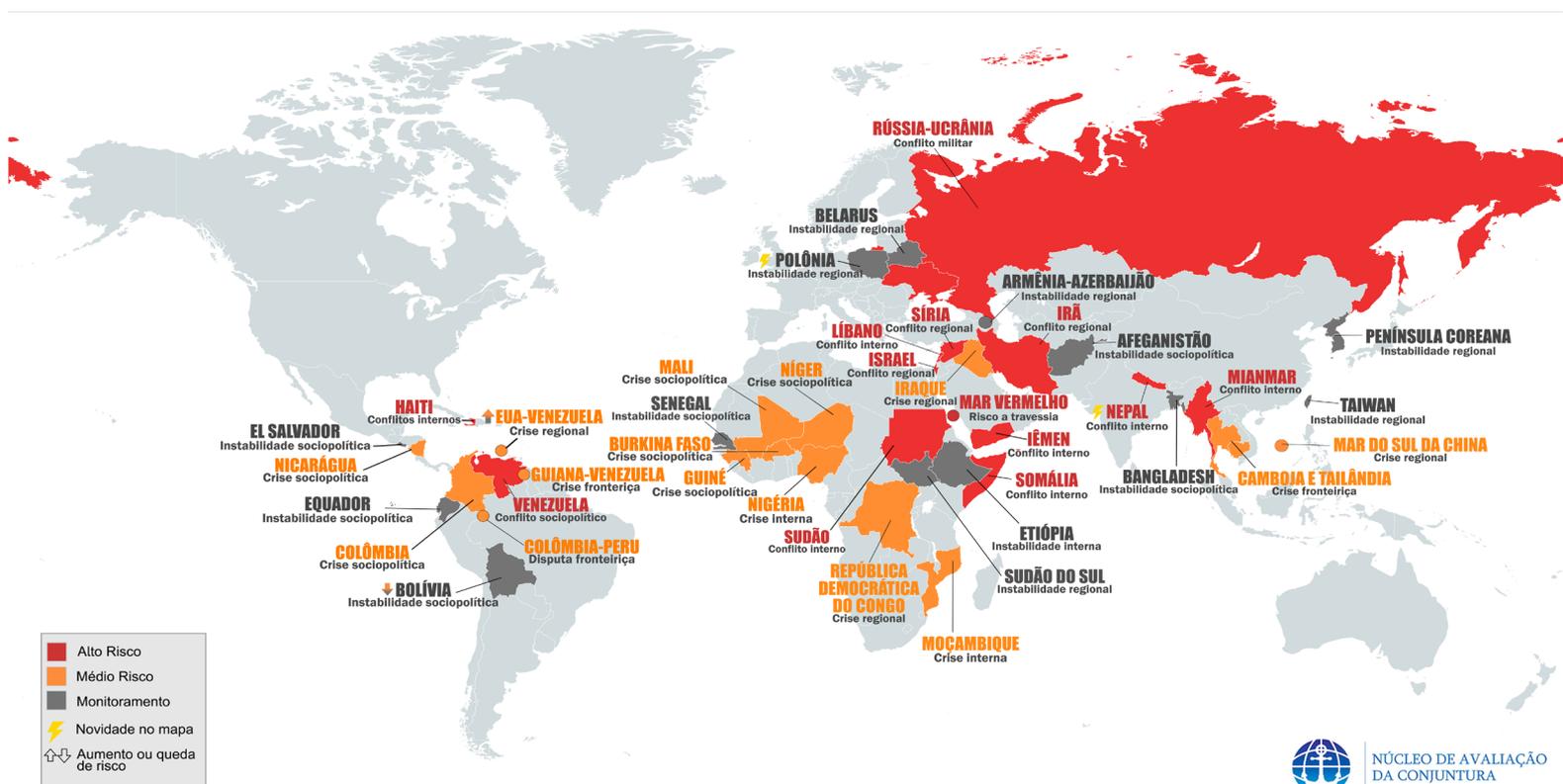


SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
Conflito fronteiriço fluvial entre Colômbia e Peru	5	O duplo movimento estratégico da China no Pacífico.....	12
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		SUL DA ÁSIA	
Ação militar dos EUA na Venezuela e suas implicações regionais	6	INS “Aridhaman” e o Indo-Pacífico.....	14
O alcance das tarifas de Trump na atual conjuntura internacional	7	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
ÁFRICA SUBSAARIANA		Expansão silenciosa: a estratégia vietnamita no Mar do Sul da China.....	
Segurança e recursos: os limites da presença russa na Aliança dos Estados do Sahel	8	TEMAS ESPECIAIS	
EUROPA		Obrigações de Estados em Decorrências das Mudanças Climáticas.....	
O acordo Reino Unido–Noruega sobre as fragatas “Type 26” e o planejamento naval britânico	9	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		Calendário Geocorrente.....	
A dinâmica entre Houthi e al-Shabaab na geopolítica do Golfo de Áden.....	10	Referências.....	
Um Egito formado sob a crise: entre vulnerabilidades estruturais e dependência externa.....	11	Mapa de Riscos.....	
RÚSSIA & Ex-URSS		Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	
Ataque cibernético à Barragem de Bremanger: ameaça russa às infraestruturas críticas da OTAN	12	Calendário Geocorrente.....	
		Referências.....	
		Mapa de Riscos.....	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Matheus Moreira



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19

Conflito fronteiriço fluvial entre Colômbia e Peru

Luciano Veneu

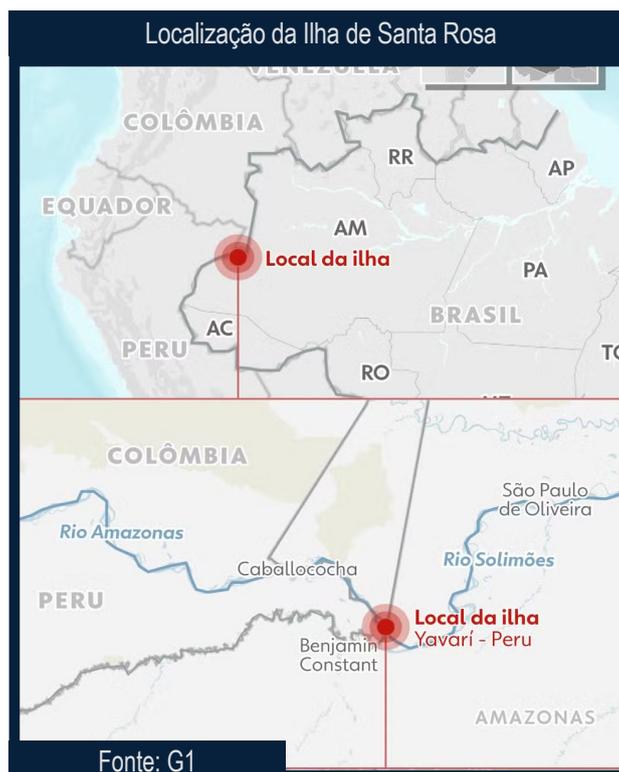
As disputas territoriais na região amazônica permanecem como potenciais focos de instabilidade interestatal. O recente conflito envolvendo a ilha de Santa Rosa, no rio Amazonas, reacendeu tensões históricas entre Peru e Colômbia e suscitou preocupações quanto à segurança na tríplice fronteira que abrange o Brasil. Como a ilha se formou posteriormente, em decorrência de processos naturais de sedimentação e de alterações no curso do rio Amazonas, a soberania sobre a ilha não foi prevista nos tratados de limites assinados entre o Peru e a Colômbia no início do século XX. Consequentemente, em agosto de 2025, ambos os países deslocaram tropas para a região. Nessa perspectiva, quais seriam os desdobramentos para esses atores regionais?

Para o Peru, a criação do distrito de Santa Rosa de Loreto, em 2024, demonstra o interesse do Estado em reafirmar o controle sobre áreas fronteiriças estratégicas, sobretudo frente ao avanço de grupos criminosos e ao histórico de frágil presença estatal na região. Entretanto, com a insistência em decisões unilaterais, sem diálogo com a Colômbia, Lima arrisca perder legitimidade internacional caso haja um eventual julgamento por cortes internacionais.

Em Bogotá, o temor é que a soberania peruana sobre a ilha interfira no acesso da cidade de Letícia ao canal principal do rio Amazonas, podendo isolar

economicamente a região, já dependente do transporte fluvial. Ademais, há pressão política e social para que o governo não demonstre fraqueza diante da movimentação peruana. Isso pode levar a uma resposta simbólica ou jurídica, na Corte Internacional de Justiça. Juridicamente, a Colômbia poderá usar esse caso como precedente sobre fronteiras dinâmicas, argumentando que a ilha não existia no momento dos tratados e que mudanças geográficas devem ser renegociadas.

O caso da ilha de Santa Rosa evidencia os desafios contemporâneos da delimitação fronteiriça em regiões de geografia instável. A formação da ilha, somada à ausência de previsão nos tratados originais entre os países, criou um vácuo jurídico que rapidamente se transformou em um ponto de tensão diplomática e militar. A situação revela a necessidade de mecanismos de diálogo bilateral e de cooperação entre os dois Estados, especialmente diante de fronteiras fluviais dinâmicas. Dependendo da condução política adotada, a disputa representará um passo rumo à consolidação de soluções jurídicas pacíficas ou, ao contrário, aprofundará as divergências históricas entre Peru e Colômbia. Em ambos os cenários, a forma como essa questão será tratada tende a tornar-se um precedente importante no contexto da governança territorial sul-americana.



Ação militar dos EUA na Venezuela e suas implicações regionais

Yasmim Abril M. Reis

Em 18 de agosto de 2025, os Estados Unidos da América (EUA) anunciaram o envio de navios de guerra para o Sul do Caribe. Dentre os meios navais enviados, destacam-se três contratorpedeiros equipados com o Sistema de Combate “Aegis”, além de navios transportando 2.200 fuzileiros navais. O governo de Donald Trump justificou a medida pelo combate aos cartéis de drogas na região, classificados como organizações terroristas. Todavia, as recentes ações no subcontinente não podem ser consideradas como inéditas, visto que o ato ressoa uma histórica forma de projeção de poder na região para alcançar seus objetivos estratégicos. Logo, questiona-se: quais fatores explicam a intensificação das tensões entre os EUA e a Venezuela?

Para compreendermos a escalada regional, convém analisar três aspectos que constituem o objetivo dos EUA na região, com o intuito de reafirmar sua primazia. O primeiro refere-se à relação conturbada com a Venezuela desde o primeiro governo Trump (2017-2021). O segundo concerne ao uso do narcotráfico como justificativa para tais intervenções. Por fim, o terceiro diz respeito ao contexto internacional da rivalidade estratégica com a China.

As pressões contra a administração de Nicolás Maduro na Venezuela não são recentes. Governos anteriores ao de Trump já promoveram o isolamento diplomático do país, aplicaram sanções e congelaram

ativos, impedindo assim empresas venezuelanas de acessar mercados financeiros estadunidenses. Em vista disso, Trump, em seu primeiro mandato em 2019, impôs sanções contra Maduro e, em 2020, acusou publicamente o presidente venezuelano de “narcoterrorismo”. A administração de Trump não foi a primeira a lançar mão da justificativa do combate às drogas como pretexto para mobilizar militares nessa iniciativa. Enfatiza-se que o governo George H. W. Bush (1989-1993) utilizou esse argumento para justificar a invasão ao Panamá em 1989.

A recente ação militar dos EUA na costa da Venezuela também deve ser analisada sob a lente da competição estratégica com a China. De fato, o país asiático representa uma ameaça à influência hegemônica regional dos EUA, ao expandir, nas últimas décadas, sua influência econômica e política no espaço, além de investir no petróleo venezuelano.

Concluindo, a ação militar dos EUA na Venezuela configura-se como um instrumento coercitivo de sua diplomacia, articulando a dissuasão militar e as restrições econômicas dentro do projeto de renovação da projeção de força estadunidense na região. Constatou-se, assim, que o escalonamento assimétrico das tensões entre os dois países tende a desestabilizar a ordem regional, inclusive por meio de ações concretas, como o recente ataque dos EUA a uma embarcação no Caribe.



O alcance das tarifas de Trump na atual conjuntura internacional

Victor Gaspar Filho

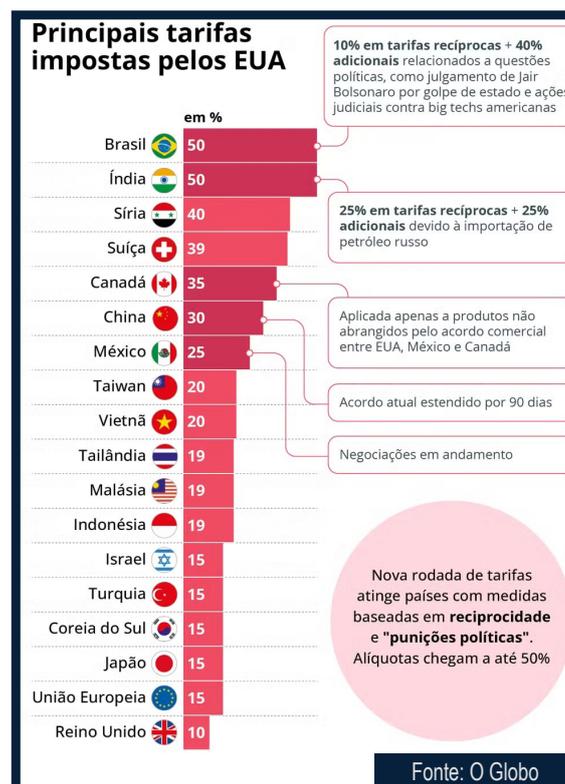
O presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, tem adotado uma postura progressivamente assertiva no uso de instrumentos econômicos como ferramentas de pressão política e estratégica. Em uma iniciativa recente, solicitou à União Europeia a imposição de tarifas de 100% sobre a China, o maior importador de petróleo russo, a fim de pressionar o país a encerrar o conflito na Ucrânia. Trump sinalizou que os EUA aplicariam tarifas ainda mais elevadas caso os europeus não colaborassem. A Índia emergiu como alvo prioritário, rompendo com o esforço bipartidário de consolidação do país como contrapeso estratégico à China: Nova Delhi teve suas exportações submetidas a tarifas de até 50%. Argumenta-se que há uma “emergência nacional”, decorrente do déficit persistente e da suposta ausência de reciprocidade no comércio.

São movimentos ilustrativos da geoeconomia, na qual mecanismos do comércio internacional são instrumentalizados para alcançar objetivos de poder. O que inicialmente configurava-se como uma disputa tarifária passa a transcender o campo comercial, ameaçando fundamentos globais da macroeconomia. Arrisca-se a intensificação da inflação e o desencadeamento de uma recessão mundial como efeito colateral imediato dessa estratégia. A política encontra bases no Memorando “*America First Trade Policy*” (“Política Comercial América em Primeiro Lugar”), que define as tarifas como pilar central da política econômica. Os objetivos oficiais são: 1) reduzir déficits persistentes; 2) repatriar cadeias industriais; 3) gerar empregos, sobretudo industriais; 4) modernizar indústrias domésticas; 5) ampliar a receita

para reduzir a carga tributária; e 6) forçar parceiros a renegociar em termos favoráveis aos EUA. Trump recorre a dispositivos como a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, de 1977, a Lei Nacional de Emergências e a Lei do Comércio, ambos de 1974, ainda que a fundamentação jurídica seja inconsistente e esteja sendo contestada.

Adicionalmente, as exceções seletivas a parceiros estratégicos representam um ataque ao multilateralismo comercial. Ao contornar instituições como a Organização Mundial do Comércio, Washington busca redefinir dinâmicas de poder, deslocando o eixo de governança para relações bilaterais assimétricas, nas quais a força econômica é empregada de forma direta. A China e a União Europeia indicaram disposição para responder, sinalizando que uma guerra comercial de grandes proporções teria efeitos transnacionais, desorganizando cadeias globais de valor.

Assim, a política tarifária não deve ser compreendida como mero instrumento econômico, mas como parte de uma ampla contestação da ordem multilateral internacional. Ao instrumentalizar tarifas, coloca-se em xeque a estabilidade do sistema de comércio global e a arquitetura da governança internacional. A administração Trump constitui um caso paradigmático de geoeconomia, demonstrando como disputas comerciais podem escalar para crises em diferentes esferas e como as consequências de decisões questionáveis de chefes de Estado podem se alastrar irrestritamente por todo o Sistema Internacional.



Segurança e recursos: os limites da presença russa na Aliança dos Estados do Sahel

Rafaela Machado

Em 14 de agosto de 2025, a Rússia sediou a primeira reunião oficial entre os ministros da Defesa da Rússia e dos três países localizados na região do Sahel — Burkina Faso, Mali e Níger. O encontro resultou na assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU, na sigla em inglês) sobre cooperação em Defesa, cujo conteúdo não foi detalhado, mas com promessas de “assistência abrangente” à estabilidade regional diante da crescente ameaça dos grupos jihadistas. Diante disso, questiona-se: a aproximação desses países com Moscou fortalece a autonomia e a segurança regional ou aprofunda a dependência externa, comprometendo a soberania dos países sahelianos?

A presença russa no Sahel tem se fortalecido por meio da combinação entre apoio militar e acesso privilegiado a recursos naturais estratégicos da região. Em julho de 2024, Burkina Faso, Mali e Níger, todos atualmente governados por juntas militares, formaram a Aliança dos Estados do Sahel (AES), concebida como um instrumento de coordenação política e de defesa coletiva. A decisão conjunta de se retirar da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), no início de 2025, marcou um distanciamento em relação ao Ocidente, sobretudo da França (Boletim 211), e evidenciou uma reorientação estratégica em direção a Moscou. Nesse contexto, a reunião organizada pela Rússia pode ser interpretada como um gesto de legitimação

internacional da AES e de fortalecimento de seus vínculos com o Kremlin.

Entretanto, a aproximação entre Rússia e Sahel não se limita à esfera político-militar. Moscou busca também assegurar contratos em setores estratégicos, como a mineração de ouro e urânio, além de expandir sua presença no campo energético, especialmente por meio da Rosatom, estatal nuclear russa. Essa combinação de cooperação militar e inserção econômica reforça a ideia de que a Rússia projeta no Sahel uma estratégia de longo prazo, na qual segurança e recursos estão entrelaçados. Ainda assim, permanecem dúvidas sobre os efeitos dessa presença para a estabilidade regional. Por um lado, a AES pode ganhar maior capacidade de Defesa frente à ameaça jihadista, enquanto diversifica suas alianças externas. Por outro, a dependência tecnológica, militar e financeira de Moscou pode reproduzir um padrão de tutela externa semelhante ao que vigorava sob influência ocidental, apenas com novos protagonistas.

Assim, a influência russa no Sahel revela-se ambígua: ao mesmo tempo em que abre caminhos para maior autonomia frente ao Ocidente, também pode reforçar uma lógica de dependência geopolítica. O desafio central para os países sahelianos será transformar essa cooperação em instrumento de fortalecimento interno, e não em mais uma forma de subordinação estratégica.



Fonte: Resonant News

DOI 10.21544/2446-7014.n219.p08.

O acordo Reino Unido–Noruega sobre as fragatas “Type 26” e o planejamento naval britânico

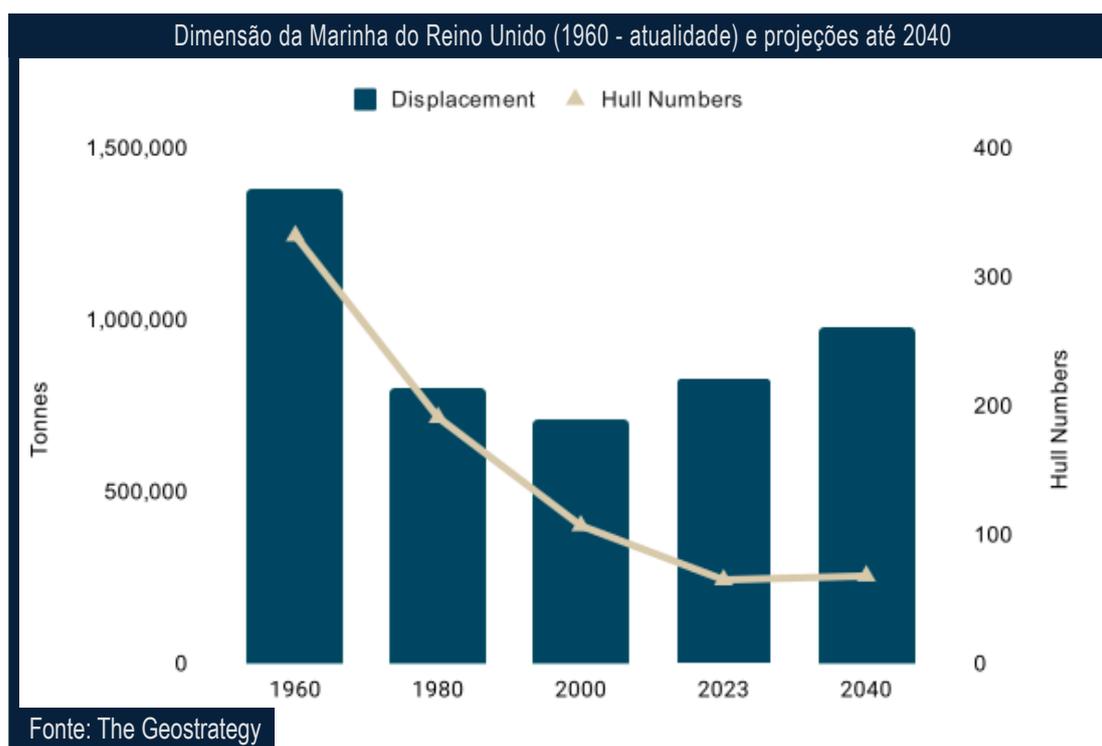
Guilherme Carvalho

Em agosto de 2025, a indústria naval britânica alcançou um marco estratégico ao consolidar o acordo de construção das fragatas “Type 26” destinadas à Noruega, em paralelo às tratativas de transferência do navio de assalto anfíbio HMS “Bulwark” à Marinha do Brasil. De que forma esses acontecimentos, ainda que distintos em natureza, revelam a forma como o Reino Unido mobiliza sua capacidade industrial e diplomática para articular segurança regional e projeção global?

As fragatas “Type 26”, projetadas para operações de guerra antissubmarino e defesa aérea, representam a vanguarda tecnológica da Marinha Real Britânica e constituem resposta às demandas crescentes no Atlântico Norte, especialmente frente ao crescimento da presença russa no Ártico ([Boletim 213](#)). Ao estender esse programa à Noruega, Londres não apenas fortalece a interoperabilidade no âmbito da OTAN, mas também assegura que um aliado estratégico disponha de plataformas compatíveis em missões de monitoramento, dissuasão e defesa de rotas energéticas críticas. A decisão, portanto, vai além do aspecto técnico alinhando-se às recentes iniciativas de Londres de priorizar uma esquadra menor em número, mas com maior capacidade de integração e operação — possibilitando, por exemplo, a substituição de plataformas antigas ou pouco aproveitadas.

Neste ínterim, a venda do HMS “Bulwark” — rebatizado como NDM “Oiapoque” — ao Brasil insere-se em lógica distinta, mas complementar. A alienação de um ativo de grande porte reflete o esforço britânico de racionalizar sua frota, liberando recursos para investimentos em meios de última geração. Para o Brasil, trata-se de um salto qualitativo em projeção anfíbia e capacidade expedicionária; para Londres, uma oportunidade de estreitar laços com um ator relevante no Atlântico Sul, região de interesse crescente para as potências extrarregionais. A transferência de capacidades navais, assim, converte-se em instrumento diplomático, reforçando vínculos transatlânticos sem comprometer a centralidade europeia da Marinha Real Britânica.

Esses dois movimentos evidenciam uma estratégia dual: aprofundar a modernização interna por meio da cooperação industrial com aliados europeus e, simultaneamente, utilizar a alienação seletiva de meios navais para expandir redes de influência em áreas estratégicas. Tal combinação projeta o Reino Unido como ator global capaz de articular sua política externa por meio de instrumentos navais, ao mesmo tempo em que consolida sua posição de liderança em arranjos de defesa coletiva no continente europeu.



A dinâmica entre Houthi e al-Shabaab na geopolítica do Golfo de Áden

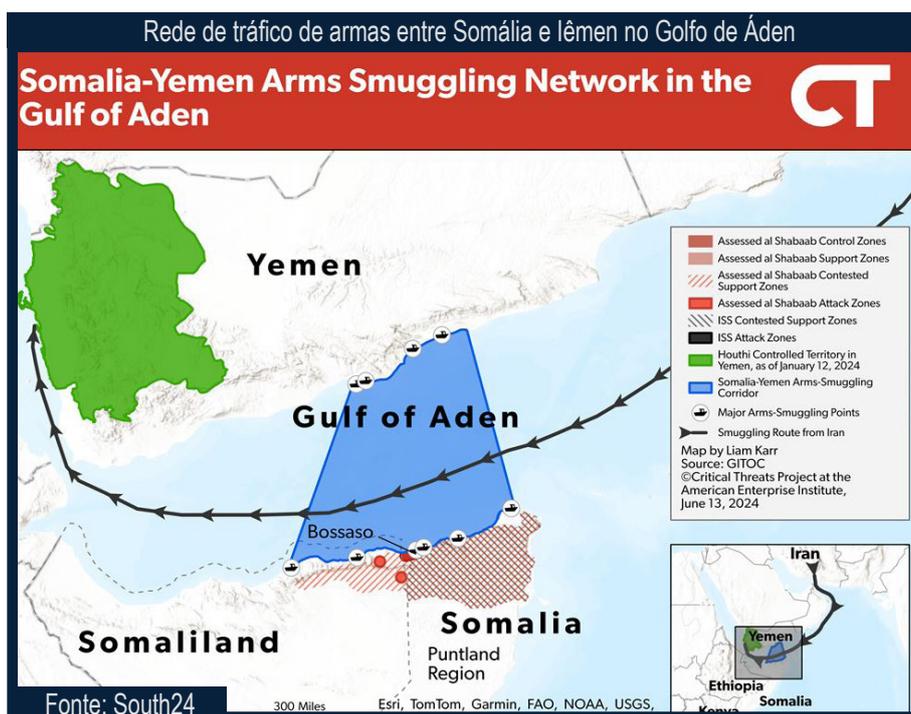
Eduardo El-Hader Fantini e Kenzo Yamaguti

Em meio à instabilidade do Golfo do Áden, surge uma parceria que ameaça os frágeis entendimentos militares e políticos da região. No fim de agosto de 2025, foram registradas movimentações significativas entre o al-Shabaab — grupo paramilitar presente na Somália — e o Houthi — grupo armado atuante no Iêmen —, que vêm construindo alianças relevantes no campo militar. Compartilhando a mesma região marítima, os grupos passaram a trocar armas e apoio estratégico, ampliando suas capacidades para sustentar um projeto conjunto de poder na região. Assim, questiona-se: como a dinâmica entre Houthi e al-Shabaab pode afetar a geopolítica no Mar Vermelho?

Ambos os grupos emergiram em meio às fragmentações internas em seus respectivos Estados de origem, sendo oposição política e paramilitar aos governos locais. Rapidamente, suas capacidades tornaram-se desafios centrais para a política internacional, especialmente para a segurança marítima do Golfo de Áden. A parceria atual inaugura novos contornos em toda a organização geopolítica que conecta o Norte da África ao Oriente Médio, destacando-se pelo caráter pragmático da cooperação, que não se deixa limitar pelas diferenças religiosas — enquanto os houthis são xiitas zaiditas, o al-Shabaab é majoritariamente sunita salafita. Os grupos, portanto, convergem na manutenção da instabilidade na região e no enfraquecimento das forças ocidentais presentes na localidade.

Essa cooperação materializa-se na pirataria e em operações ilegais para atingir seus objetivos políticos e estratégicos. Por compartilharem alguns objetivos e regiões de atuação, os houthis têm fornecido armamentos mais sofisticados para o al-Shabaab, como drones armados, mísseis antinavio e componentes para armas mais complexas. Em contrapartida, o al-Shabaab auxilia os houthis ao manter rotas marítimas e terrestres que facilitam o tráfico de armas e suprimentos entre o Iêmen e a Somália. Ao mesmo tempo, sua participação em atividades de pirataria no Golfo de Áden e no Oceano Índico favorece e amplia as operações dos houthis na região. De acordo com o Africa Center for Strategic Studies, as duas entidades armadas já se reuniram para tratar de questões como transferência de material, treinamento e coordenação de operações.

Portanto, mesmo que pertençam a orientações islâmicas diferentes, os grupos cooperam de maneira pragmática para a manutenção do controle do Golfo de Áden, sobretudo pela retórica antiocidental. Essa aproximação torna o comércio marítimo na região ainda mais vulnerável aos seus ataques, especialmente devido à coordenação de suas atividades. Para o al-Shabaab, a parceria significa maior acesso a treinamento e armamentos mais avançados; enquanto para o Houthi significa a expansão de sua área de influência e maior facilidade para conduzir operações ilegais no mar.



Um Egito formado sob a crise: entre vulnerabilidades estruturais e dependência externa

Vitória França

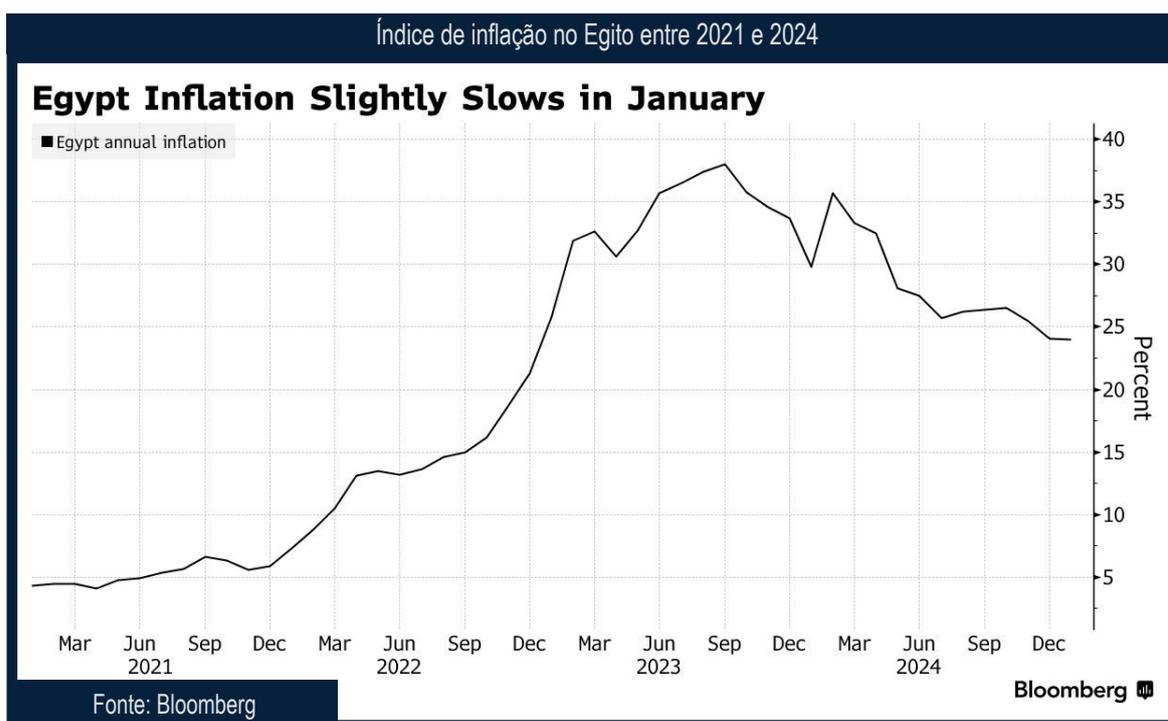
Historicamente, o Egito republicano sempre enfrentou dilemas econômicos — marcados por inflação elevada e escassez de divisas estrangeiras — que culminaram, em 2024, em uma dívida externa superior a US\$ 150 bilhões, equivalente a 40% de seu PIB. O governo tem recorrido a empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) na tentativa de conter os efeitos da crise e garantir alguma estabilidade, mas os desafios estruturais permanecem significativos para a economia. Dessa forma, cabe questionar: quais as perspectivas da crise econômica no Egito?

No último ano, o Egito obteve um empréstimo de 46 meses, no valor de US\$ 8 bilhões. O recurso visa apoiar a recuperação econômica de sucessivos choques externos que travaram o progresso econômico do país desde o auxílio anterior do FMI, em 2016. Em contrapartida, ao acompanhar a evolução das reformas macroeconômicas, em julho de 2025, o Fundo criticou o crescente papel militar na economia, embora tenha reconhecido avanços na implementação de políticas solicitadas, viabilizando, assim, a possibilidade de novos auxílios.

Atualmente, o Egito enfrenta grandes desafios econômicos que fragilizam sua estabilidade. O primeiro é a queda nas receitas do Canal de Suez, que historicamente representam cerca de 15% das divisas externas do país. Em 2023, o canal gerou US\$ 9,4 bilhões, mas após

os ataques dos houthis no Mar Vermelho, em paralelo ao conflito entre Israel e Hamas, essa receita caiu cerca de 60%. Outro desafio é a crise no fornecimento de gás natural, provocada pela demanda interna elevada, baixa produção nacional e dificuldade de importações. Ainda, destaca-se a dependência do trigo importado: mais de 70% da população depende de pão subsidiado e, sob pressão do FMI, o governo reduziu subsídios, embora sem eliminá-los, para evitar protestos. Por fim, o país enfrenta o impacto da guerra civil no Sudão, tornando-se o principal destino de refugiados, chegando a mais de 1,2 milhão em 2024.

Assim, atualmente o Egito enfrenta um conjunto de desafios econômicos que comprometem sua estabilidade e limitam o seu potencial de crescimento. Embora os empréstimos internacionais tenham assegurado a sobrevivência imediata da economia, a dependência excessiva desse recurso expõe o país a vulnerabilidades constantes. Muitos dos obstáculos decorrem de fatores externos, sobre os quais o governo pouco pode intervir; no entanto, a incapacidade de implementar reformas estruturais eficazes agrava ainda mais a fragilidade interna. Nesse sentido, a persistência de práticas que reforçam dependências, em vez de reduzir vulnerabilidades, compromete as perspectivas de desenvolvimento sustentável, fazendo com que o crescimento econômico permaneça limitado e incerto.



Ataque cibernético à Barragem de Bremanger: ameaça russa às infraestruturas críticas da OTAN*José Gabriel Pires*

O conflito russo-ucraniano é um dos mais extensos no emprego operacional do ciberespaço. Para manter sua resiliência no quinto domínio, a Ucrânia conta com a expertise adquirida desde 2014, bem como com uma ampla colaboração ocidental. Nesse sentido, é plausível considerar que as infraestruturas críticas (IC) dos aliados de Kiev também possam se tornar alvos de Moscou. Desse modo, o intuito deste artigo é lançar luz sobre as eventuais consequências de um ataque contra uma IC de um aliado de Kiev pertencente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Uma IC pode ser entendida como um conjunto de sistemas e ativos físicos e virtuais, que abrangem diversos segmentos da sociedade — desde os modais viários à cadeia de fornecimento de energia elétrica, por exemplo, fundamentais para o seu pleno funcionamento. Assim, a interrupção da operação de uma IC, ainda que parcial, pode significar um grave risco à população do país-alvo.

Nesse cenário, em meados de agosto, o Serviço de Segurança Policial (PST, na sigla em norueguês) da Noruega divulgou que uma barragem no Oeste do país havia sido alvo de um ataque cibernético. A incursão teria ocorrido em 07 de abril de 2025, quando hackers obtiveram acesso aos sistemas de controle industriais da barragem de Risevatnet, em Bremanger. Os perpetradores

comprometeram os sistemas responsáveis pela vazão de água, deixando válvulas completamente abertas por cerca de 4 horas, a um fluxo de 500 litros por segundo. Devido ao *modus operandi* utilizado pelos hackers, o PST estima que tenha sido orquestrado pelo Grupo Sandworm, uma organização ligada à agência de inteligência militar russa. Segundo a diretora do PST, tratou-se de mais uma campanha de influência de Moscou visando disseminar medo e caos na população norueguesa. Embora seja o primeiro ataque cibernético a uma IC norueguesa, não é o primeiro dessa natureza contra um país da OTAN. Em 2022, o sistema de transportes polonês foi alvo de um *ransomware* — tipo de software malicioso — atribuído à mesma organização russa ([Boletim 173](#)). Na ocasião, o então secretário-geral da OTAN alertou para o potencial de um incidente cibernético como gatilho para o acionamento do Artigo 5º — cláusula de defesa mútua — da carta da Aliança.

Portanto, o ataque à barragem norueguesa reforça a necessidade dos Estados se atentarem para a segurança cibernética das ICs, já que grupos hackers sofisticados detêm conhecimento suficiente para conduzir operações complexas que envolvam aspectos técnicos e cognitivos. Ademais, em um cenário desafiador quanto às atribuições da OTAN, é preciso cautela ao tratar de um dispositivo que pode levar diversas nações para um conflito.

DOI 10.21544/2446-7014.n219 p12.

LESTE ASIÁTICO**O duplo movimento estratégico da China no Pacífico***Philippe Alexandre*

Nas últimas semanas, dois movimentos navais da China no Pacífico refletiram a atual conjuntura geopolítica de sua inserção internacional. De início, pela primeira vez, a China operou simultaneamente seus dois navios-aeródromo — o “Liaoning” e o “Shandong” — a Leste das Filipinas. Analistas destacam essa operação como simbólica para o projeto chinês de desenvolver uma “Marinha de classe mundial” até 2035. Conforme afirmou a agência estatal chinesa Xinhua, essa ação tratou-se de um “treinamento orientado para combate em mar distante”, e não uma simples operação de rotina, numa clara demonstração de capacidade para contestar e negar o poder naval dos Estados Unidos da América (EUA) nas rotas marítimas cruciais no Pacífico. No entanto, deve-se destacar que, embora a Marinha chinesa possua hoje a maior força naval em número de embarcações — mais de 370

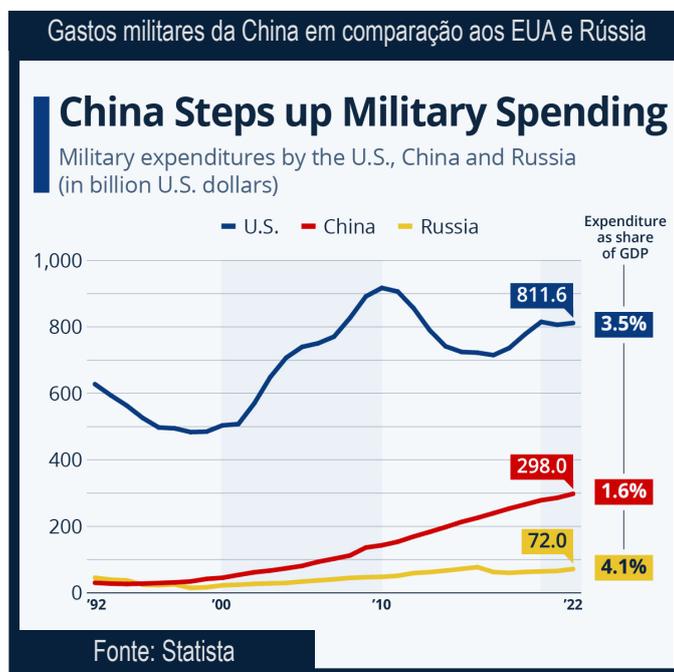
navios contra 227 dos EUA — persiste um diferencial tecnológico e logístico, especialmente na ausência de navios-aeródromo de propulsão nuclear e de uma rede global de suporte logístico.

O segundo movimento simultâneo foi a intensificação da cooperação naval com Moscou. No fim de julho de 2025, contratorpedeiros “Shaoxing” e “Urumqi”, equipados com mísseis teleguiados, atracaram em Vladivostok, dando início ao exercício combinado “Joint Sea 2025”, com duração de cinco dias e que incluiu submarinos diesel-elétricos e aeronaves navais. Esse exercício foi imediatamente seguido pelo “Sexto Patrulhamento Marítimo Conjunto no Pacífico”, conforme anunciado pelo Ministério da Defesa chinês, encerrado no dia 20 de agosto de 2025. Apesar das autoridades chinesas afirmarem que tal cooperação faz parte de um plano anual e não se destina contra

terceiros, seu simbolismo geopolítico é inegável.

Assim sendo, no plano estratégico, esse duplo movimento — intensificação naval própria e coordenação com a Rússia — indica que a China busca assertivamente moldar o ambiente de segurança no Pacífico, contestando a supremacia dos EUA enquanto consolida sua posição por meio de parcerias regionais e globais. O Pacífico é o teatro de operações principal dessa estratégia, onde Pequim reconhece tanto sua zona de influência quanto

a necessidade de estabelecer alianças. Portanto, a China avança com dois eixos complementares: fortalecimento naval autônomo — capaz de desafiar o poderio de outras potências — e cooperação militar consolidada com outros atores contestadores. O objetivo é aumentar seu protagonismo estratégico no Pacífico e gradualmente recalibrar o equilíbrio de poder marítimo na região.



DOI 10.21544/2446-7014.n219 p12-p13.

A renúncia de Shigeru Ishiba e os desafios da política japonesa

Thomas Dias Placido

O primeiro-ministro japonês, Shigeru Ishiba, comunicou sua renúncia em 07 de setembro de 2025, após um ano de mandato, a qual será efetivada após a eleição de um novo líder pelo Partido Liberal Democrático (PLD), de orientação conservadora, em 04 de outubro. A saída de Ishiba ocorre em meio aos insucessos eleitorais da coalizão governista, uma vez que o PLD perdeu sua maioria nas eleições da Câmara Baixa do Parlamento em outubro de 2024 e, mais recentemente, nas eleições da Câmara Alta em julho de 2025. Nesta breve análise, busca-se avaliar os desdobramentos da queda do premiê para a política doméstica nipônica.

O governo japonês enfrenta instabilidade política em duas dimensões: uma interna, marcada pela fragmentação do PLD, e outra social, vinculada à erosão da confiança pública. A sucessão de primeiros-ministros de curta duração reforça a percepção de um Executivo frágil e incapaz de garantir estabilidade. Esse cenário, por sua vez, amplia o distanciamento entre sociedade e representantes, alimenta a abstenção e abre espaço para a oposição e para novas forças políticas. Consequentemente, a perda de legitimidade também dificulta consensos no

Parlamento e agrava a paralisia decisória que caracteriza a conjuntura atual.

Essa fragilidade reflete-se tanto na política interna quanto na externa. Internamente, as disputas comprometem a formulação de estratégias unificadas, enquanto no plano internacional, a troca constante de lideranças reduz a previsibilidade e mina a confiança de aliados estratégicos. Paralelamente, a queda de popularidade do PLD favorece o avanço da oposição. O crescimento do partido Sanseitō, que superou legendas de esquerda na Câmara Alta, ilustra essa tendência. Embora essa casa legislativa tenha menor peso, sua recomposição aponta tanto para a fragmentação das estratégias internas do PLD quanto para a emergência de alternativas capazes de desafiar a coalizão governista a médio prazo.

Diante desse panorama, a renúncia de Ishiba simboliza a continuidade de uma dinâmica de instabilidade que fragiliza o sistema político japonês. A credibilidade do PLD encontra-se abalada pela incapacidade de oferecer respostas às demandas sociais e de manter coesão mínima. Caso o partido não consiga se reinventar e restaurar

a confiança popular, a tendência é de fortalecimento da oposição e de maior volatilidade eleitoral, com potenciais impactos sobre a política externa e a posição do Japão no cenário internacional. Em suma, o futuro imediato da

política nipônica dependerá não apenas da escolha do novo premiê, mas da capacidade do PLD de recompor sua legitimidade e reconectar-se com uma sociedade cada vez mais descrente de suas lideranças.

DOI 10.21544/2446-7014.n219 p13-p14.

SUL DA ÁSIA

INS “Aridhaman” e o Indo-Pacífico

Eduardo A. Mangueira

A iminência do comissionamento do INS “Aridhaman” representa um ponto de inflexão para as dinâmicas de segurança do Indo-Pacífico. Sendo o terceiro submarino de propulsão nuclear e nuclearmente armado da classe “Arihant”, a embarcação é fruto de uma busca pelo aumento da credibilidade da dissuasão nuclear indiana. O INS “Aridhaman” se diferencia por seu maior tamanho e possibilidade de comportar mais mísseis — com maior alcance — que seus predecessores: o INS “Arihant”, comissionado em 2016, e o INS “Arighaat”, comissionado em 2024. É importante compreender o contexto em que ocorre este comissionamento, bem como suas possíveis repercussões para o Indo-Pacífico de modo geral.

Com 70% de sua produção feita nacionalmente, o comissionamento do INS “Aridhaman” ocorre em um momento de tensões elevadas no Oceano Índico. A principal preocupação indiana gira em torno da crescente influência chinesa na região, denominada nos círculos estratégicos indianos como “Cordão de Pérolas”, que teria por objetivo o cercamento da Índia e seu eventual estrangulamento, dada sua dependência do comércio marítimo. Essas preocupações são elevadas a partir do fornecimento chinês de submarinos ao Paquistão, rival tradicional indiano. Diante dessa possibilidade, busca-se a paridade qualitativa com a Marinha chinesa — visto ser inviável, no presente, de equiparar-se ao número de navios chineses — e a formação de parcerias estratégicas

próprias, conhecidas como “Colar de Diamantes”, exemplificadas pelo pacto de vigilância marítima Indo-australiano.

Sendo assim, o comissionamento deste meio naval faz com que seja possível enfrentar a presença militar chinesa na região. No entanto, deve-se considerar que um submarino de propulsão nuclear e nuclearmente armado reafirma a garantia de estabilidade regional, mas também pode gerar preocupações relacionadas aos maiores riscos da deflagração de um conflito mais intenso entre as duas potências regionais. Além disso, a medida pode gerar entre os aliados receio quanto à possibilidade de uma espiral armamentista, levando-os a adotar estratégias de *hedging* em suas parcerias com a Índia e a China, o que contribuiria para tornar a região fundamentalmente mais insegura.

O acirramento da competição marítima é evidente. Para além das capacidades chinesas, destaca-se a construção, pela China, de oito submarinos para o Paquistão, contrabalançada pelo comissionamento de dois submarinos indianos em dois anos e pela construção de uma base naval em Andhra Pradesh, no Sudeste Indiano. Dada a importância estratégica que o controle dos oceanos tem para ambas as potências, é possível esperar que as tensões aumentem, criando um ambiente cada vez mais contencioso no Indo-Pacífico.



DOI 10.21544/2446-7014.n219 p14.

Expansão silenciosa: a estratégia vietnamita no Mar do Sul da China

Matheus Bruno Pereira

Apesar de ainda pouco explorada em análises, a expansão vietnamita sobre o Mar do Sul da China já é uma realidade: o país do Sudeste asiático ocupa cerca de 21 áreas insulares e realiza construções em pelo menos oito delas desde 2021. Recentemente, uma publicação do Asia Maritime Transparency Initiative evidenciou a escalada de alterações em tais áreas, que agora passam a contar com pequenos portos, pistas de pouso e até áreas para armazenamento de munição. Tal movimento abre questionamentos sobre os reais interesses vietnamitas na região. É possível identificar dois objetivos principais que orientam essa expansão: Defesa e economia.

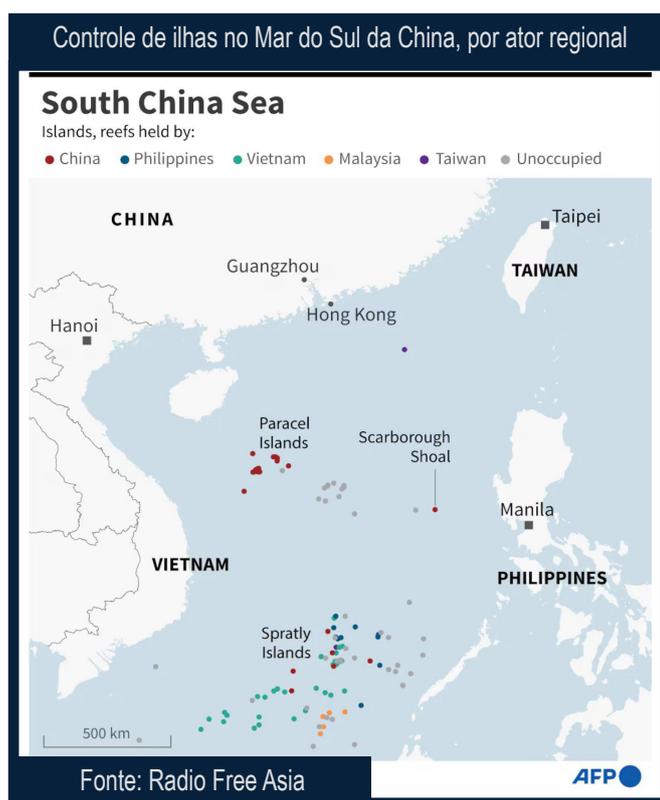
Em termos de Defesa, sabe-se que o Vietnã disputa as Ilhas Paracel e Spratly (Boletim 209) com a China e países do Sudeste Asiático. A ampliação territorial — estimada em mais de 692 acres criados desde 2021 — aumenta suas capacidades de operação em uma área altamente sensível, sobretudo ao permitir a instalação de infraestrutura capaz de abrigar embarcações e aeronaves militares. Contudo, até o momento, a presença militar permanece limitada e observa-se principalmente instalações como sistemas de radar e pequenos postos avançados, fato que condiz com as capacidades navais do Vietnã, cuja Marinha é classificada como uma força de águas verdes, com foco regional e capacidade limitada de projeção.

Nesse contexto, o país conta com uma ativa milícia marítima, composta por civis treinados para atuar em apoio às operações navais e à proteção dos interesses

nacionais no mar. As novas estruturas poderão auxiliá-las, ao passo que funcionam como pontos logísticos de apoio, possibilitando reabastecimento, abrigo durante tempestades e, sobretudo, o controle de fato sobre áreas em disputa. Antecipar-se à ocupação chinesa permite ao Vietnã consolidar uma posição estratégica no tabuleiro marítimo regional.

O segundo objetivo está atrelado à contribuição do oceano para a economia vietnamita. Em 2007, o Partido Comunista Vietnamita estabeleceu uma estratégia marítima nacional, cujo propósito é integrar a costa, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e áreas insulares, sob a expectativa de elevar em até 55% a contribuição do mar ao PIB do país. No entanto, no mesmo período, Hanói focou no desenvolvimento de sua Marinha, antes de iniciar o projeto de domínios insulares em 2021.

Portanto, observa-se que a estratégia vietnamita vem de um processo longo de consenso político, sob apoio da população, para o fortalecimento naval do país e sua efetiva ocupação na área reivindicada. Desse modo, garante-se a defesa de aspectos estratégicos como a ZEE, cabos submarinos, rotas marítimas, além de fontes energéticas e minerais. O próprio objetivo de Defesa conecta-se ao interesse econômico do país, configurando um ciclo virtuoso que mescla soberania, desenvolvimento econômico e prosperidade.



DOI 10.21544/2446-7014.n219 p15.

Obrigações de Estados em decorrências das mudanças climáticas

Gabriel Mendes

As mudanças climáticas, em diversos de seus aspectos, impactam a realidade dos Estados. Um desses aspectos é o aumento do nível do mar, que pode comprometer seriamente a sobrevivência de pequenos Estados insulares. Esses Estados, apesar de não terem contribuído substancialmente para as mudanças climáticas, têm de lidar com as consequências geradas pelos países desenvolvidos. À luz desta e de outras questões impostas ao Direito Internacional, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) solicitou à Corte Internacional de Justiça (CIJ), no dia 29 de março de 2023, um parecer acerca de tal problemática. Foram apresentadas controvérsias legais substanciais para o Direito Internacional. Desta forma, quais seriam as obrigações dos Estados para prevenir e remediar os efeitos das mudanças climáticas, e quais as consequências para os Estados que mais contribuem com a degradação do meio ambiente e ativamente participam para essas mudanças?

Em 23 de julho de 2025, em resposta à solicitação da AGNU, foi proferida uma opinião consultiva da CIJ, denominada “Obrigações dos Estados em Respeito às Mudanças Climáticas”. Nela, a Corte reconheceu que os Estados signatários de acordos climáticos precisam cumprir suas disposições, podendo ser responsabilizados em foros judiciais internacionais por sua negligência. Todavia, estas obrigações se aplicarão somente aos Estados que aderiram aos acordos climáticos, não tendo efeito sobre os países não signatários. Entretanto, a Corte reconheceu que há uma obrigação do Direito

Internacional Costumeiro de exercer a devida diligência — considerando suas responsabilidades diferenciadas e capacidades materiais — para prevenir atividades dentro de seus territórios que causem danos significativos ao meio ambiente, a fim de colaborar com os demais membros da comunidade internacional no combate às mudanças climáticas.

Além disso, a Corte também determinou a responsabilização dos Estados que descumprirem estas disposições, os quais serão obrigados a I) cessar imediatamente a sua conduta lesiva; II) apresentar garantias de não-repetição de suas ações ilícitas; e III) reparar os Estados lesados por meio de restituição, compensação e satisfação, desde que comprovada a responsabilidade do Estado poluidor. Tal responsabilidade depende, dentre outros fatores, de nexos causal direto da conduta poluidora ao dano sofrido.

Este parecer significa uma mudança paradoxal no Direito Internacional do Meio Ambiente. A Corte afirmou, de maneira inequívoca, que Estados possuem uma obrigação de preservar o ambiente. Entretanto, os conceitos por ele elucidados ainda serão desenvolvidos em maior profundidade, já que não se trata do julgamento de um conflito internacional, tendo somente efeito consultivo e não-vinculante. Resta observar como as opiniões da Corte se apresentarão quando lhe for submetido um caso concreto.

DOI 10.21544/2446-7014.n219 p16.

- ▶ [The Age of Robotic Warfare Has Arrived](#)
PROJECT SYNDICATE, Ragnar Sass
- ▶ [League of Nations Redux? Multilateralism in the Post-American World](#)
CARNEGIE, Stewart Patrick
- ▶ [The Greatest Danger in the Taiwan Strait](#)
FOREIGN AFFAIRS, Joel Wuthnow
- ▶ [The Risks of U.S. Deep-Sea Mining](#)
CSIS, Harrison Prétat e Monica Michiko Sato
- ▶ [Develop the Hybrid Fleet in Southcom](#)
U.S NAVAL INSTITUTE, Contra-Almirante Carlos Sardiello e Comandantes Foster Edwards e Mike Posey

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Rafaela Machado

SETEMBRO

Principais eventos de 18 de setembro até 11 de outubro

09 - 29



ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
80ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

15 - 06*



ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
OPERAÇÃO "UNITAS" 2025

*-De outubro

22 - 03*



OTAN
EXERCÍCIO "DYNAMIC MESSENGER 25"

*-De outubro

23



ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
CÚPULA DE LÍDERES DO PACTO GLOBAL DA ONU

28



MOLDÁVIA
ELEIÇÕES PARLAMENTARES

29 - 30



POLÔNIA
FÓRUM DE SEGURANÇA DE VARSÓVIA

29 - 03*



TAILÂNDIA
9º FÓRUM DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA ÁSIA-PACÍFICO

*-De outubro

02* - 11*



BRASIL
OPERAÇÃO "ATLAS"

*-De outubro

Conflito fronteiriço fluvial entre Colômbia e Peru

[A pequena ilha no rio Amazonas que desencadeou conflito de fronteira entre Colômbia e Peru](#). BBC, 10 ago. 2025. Acesso em: 21 ago. 2025.
[Colômbia ameaça Peru com litígio por território na fronteira com o Brasil](#). CNN, 07 ago. 2025. Acesso em: 21 ago. 2025.

O alcance das tarifas de Trump na atual conjuntura internacional

[Trump pushing EU to slap 100% tariffs on China, India, reports say](#). Al Jazeera, 10 set. 2025. Acesso em: 11 set. 2025.
YERUSHALMY, Jonathan. [Trump's tariffs replace diplomacy as other US tools of statecraft are discarded](#). The Guardian, 20 ago. 2025. Acesso em: 11 set. 2025.

Ação militar dos Estados Unidos contra o narcotráfico na Venezuela representa alerta para a região

BERTRAND, Natasha. [EUA enviarão mais de 4 mil tropas para América Latina para combater cartéis: medida amplia opções de ação militar contra grupos considerados terroristas pelo governo Trump](#). CNN Brasil, 16 ago. 2025. Acesso em: 21 ago. 2025.
MUGGAH, Robert. [Tensão no Caribe: envio de navios para combater narcotráfico na Venezuela escala pressão dos EUA sobre Maduro](#). The Conversation, 22 ago. 2025. Acesso em: 13 set. 2025.

Segurança e recursos: os limites da presença russa na Aliança dos Estados do Sahel

MAKAL, D. [EU parliament calls for end to Rwanda mineral pact over DRC conflict links](#). Mongabay, 25 fev 2025. Acesso em 23 ago 2025.
MISHRA, V. [Armed militia kill hundreds in eastern DR Congo](#). Organização das Nações Unidas. Acesso em 23 ago 2025.

O acordo Reino Unido – Noruega para as fragatas “Type 26” e os reflexos do planejamento naval britânico

[Boost for UK Growth and Security as Norway Selects UK Warships in £10 billion partnership](#). Governo do Reino Unido, 31 ago. 2025. Acesso em: 13 set. 2025.
[Brazil aiming to buy both British Albion class assault ships](#). UK Defence Journal, 03 abr. 2025. Acesso em: 13 set. 2025.

A dinâmica entre Houthis e al-Shabaab na geopolítica do Golfo de Áden

KHADER, Samar. [A Pact Between Al-Shabab and the Houthis threatens Red Sea Shipping](#). New Lines Magazine, 01 jul. 2025. Acesso em: 05 set. 2025.
[Expanding Al Shabaab–Houthi Ties Escalate Security Threats to Red Sea Region](#). Africa Center for Strategic Studies. 28 mai. 2025. Acesso em: 05 set. 2025.

Um Egito formado sob a crise: entre vulnerabilidades estruturais e a dependência externa

[IMF STAFF COUNTRY REPORTS](#). Fundo Monetário Internacional, 15 jul. 2025. Acesso em: 13 set. 2025.
[Egypt passes its fourth IMF review](#). Middle East Institute, 25 ago. 2025. Acesso em: 13 set. 2025.

Ataque cibernético à barragem de Bremanger: ameaça russa às Infraestruturas Críticas da OTAN

BRYANT, Miranda. [Russian hackers seized control of Norwegian dam, spy chief says](#). The Guardian. 14 ago. 2025. Acesso em: 09 set. 2025.
TOULAS, Bill. [Pro-Russian hackers blamed for water dam sabotage in Norway](#). Bleeping Computer, 14 ago. 2025. Acesso em: 09 set. 2025.

O duplo movimento estratégico da China no Pacífico

CHEW, Amy. [China's navy power on show in Pacific signals ability to contest US access](#). Al Jazeera, 15 ago. 2025. Acesso em: 23 ago. 2025.
LIU, Zhen. [China announces joint naval exercise with Russia in Pacific in August](#). South China Morning Post, 15 ago. 2025. Acesso em: 23 ago. 2025.

A renúncia de Shigeru Ishiba e os desafios da política japonesa

THE YOMIURI SHIMBUN, [Opposition Parties Criticize LDP for Political Vacuum, Mismanagement Following Ishiba's Resignation](#). The Japan News, 08 set. 2025. Acesso em 10 set. 2025.
IKEDA, Shinichi. [INTERVIEW/ Takashi Mikuriya: Under current politics, Japan faces desolate, rudderless future](#). The Asahi Shimbun, 08 set. 2025. Acesso em 09 set. 2025.

INS “Aridhaman” e o Indo-Pacífico

[INS ARIDHAMAN](#). Vajiram & Ravi. Acesso em: 21 ago. 2025.
KATHJU, Junaid. [India's new submarine base targets China's growing sea power](#). South China Morning Post, 13 abr. 2025. Acesso em: 21 ago. 2025.

Expansão silenciosa: a estratégia vietnamita no Mar do Sul da China

[No Islet Left Behind: Vietnam Reclaims land at every remaining spratly outpost](#). Asia Maritime Transparency Initiative. 22 ago. 2025. Acesso em: 12 set. 2025.
[Vietnam builds islands in South China Sea amid tensions.challenges](#). Benar News. 02 jun. 2025. Acesso em: 12 set. 2025.

Obrigações de Estados em Decorrências das Mudanças Climáticas

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (CIJ). [Obligations of States in respect of Climate Change \(Request for Advisory Opinion, Case No. 187\)](#). Ação consultiva solicitada pela Assembleia Geral da ONU; opinião consultiva proferida em 23 de julho de 2025. Acesso em: 23 ago. 2025
[A Comprehensive Analysis of the ICJ Climate Advisory Opinion](#). EARTH.ORG, 25 jul. 2025. Acesso em: 25 ago. 2025.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

Os valores em moeda expressos neste Boletim estão padronizados em Dólar Estadunidense, utilizando a conversão do Banco Central do Brasil, no dia da publicação desta edição.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Matheus Moreira

► ALTO RISCO:

•HAITI - Conflitos internos: [ONU exige justiça após ataque de gangue que matou pelo menos 40 no Haiti](#). Nações Unidas, 14 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•IÊMEN - Conflito interno: [Israel kills 35 in Yemen attack a day after bombing Qatar's Doha](#) Al Jazeera, 11 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•IRÃ - Conflito regional: [Iran considers nuclear inspection access, urges action against Israel](#) Al Jazeera, 13 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•ISRAEL - Conflito regional: [UN inquiry says Israel's war on Gaza is genocide, holds gov't responsible](#) Al Jazeera, 16 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•LÍBANO - Conflito interno: [Israeli strike wounds 12 in southern Lebanon, including children](#) The News Arab, 16 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•MAR VERMELHO - Risco a travessia: [Israel launches series of strikes on Yemen's Red Sea port Hodeidah](#) Al Jazeera, 16 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•MIANMAR - Conflito interno: [Students among 18 killed in Myanmar strike on Rakhine schools: Armed group](#). Aljazeera, 15 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•NEPAL - Conflito interno: [Nepal's PM Karki appoints ministers after deadly Gen Z protests](#). Aljazeera, 15 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Russia close to cutting oil output due to drone attacks, sources say](#) | Reuters 16 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•SÍRIA - Conflito regional: [Sectarian violence risks dividing Syria despite Sharaa's diplomacy](#) Reuters, 15 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•SOMÁLIA - Conflito interno: [IOM's Shelter and NFIs activities supporting humanitarian and early recovery operations in Somalia](#). ReliefWeb, 10 set 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•SUDÃO - Conflito interno: [Crianças continuam a sofrer com guerra no Sudão, sem acesso à escola](#). ONU News, 12 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•VENEZUELA - Conflito sociopolítico: [EUA x Venezuela: Tensão pode agravar crise de refugiados, diz professora](#). CNN, 14 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

► MÉDIO RISCO:

•BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Burkina Faso : Des groupes armés islamistes ont massacré des civils](#). Humans Rights Watch, 15 set 2025. Acesso em: 15 set 2025.

•CAMBOJA E TAILÂNDIA - Crise fronteiriça: [Thailand, Cambodia Pledge to De-escalate Situation at Disputed Border](#). The Diplomat, 11 set. de 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•COLÔMBIA - Crise sociopolítica: [In Colombia coca-growing region, transition to peace is stumbling](#). Reuters, 11 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•COLÔMBIA E PERU - Disputa Fronteiriça: [Tropas de Colômbia e Peru chegam à Amazônia em conflito por terras](#). **Diário do Comércio**, 28 ago. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•ESTADOS UNIDOS E VENEZUELA - Crise Regional: [Trump divulga vídeo do 2º ataque dos EUA contra barco perto da Venezuela](#). **CNN**, 15 set. 2025. Acesso em 15 set. 2025

•GUIANA E VENEZUELA - Crise fronteiriça: [Barco da Guiana que levava material eleitoral é alvo de disparos da Venezuela](#). **Gazeta do Povo**, 31 ago. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•GUINÉ - Crise sociopolítica:Réfêrendum : [la société civile met en garde contre la confusion entre texte constitutionnel et soutien politique](#). **GuineeNews**, 15 set 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•IRAQUE - Crise regional: [Iraq urges formation of Islamic military alliance to confront Israeli policies](#) **Middle East Monitor**, 14 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•MALI - Crise sociopolítica: [“O colapso dos mercenários”: retirada do Grupo Wagner no Mali abriu portas ao Africa Corps](#). **Público**, 14 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•MAR DO SUL DA CHINA - Crise regional: [Tensions flare as Chinese and Philippine ships collide near disputed shoal in South China Sea](#). **AP News**, 16 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•MOÇAMBIQUE - Crise interna: [Mozambique looks to Rwanda to beat rebels](#). **The East African**, 14 set 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•NICARÁGUA - Crise sociopolítica: [Até agora, são pelo menos 261 os religiosos expulsos da Nicarágua](#). **Vatican News**, 08 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•NÍGER - Crise sociopolítica: [Sud-ouest du Niger: 27 soldats tués dans deux attaques dans la zone de Tillabéri](#). **RFI**, 11 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•NIGÉRIA - Crise interna: [Nigeria's Boko Haram insurgency: Is there a way out?](#). **DW**. 09 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [At least 60 people killed in DRC after ISIL-linked attack on funeral](#). **Al Jazeera**, 15 set 2025. Acesso em: 15 set 2025.

► EM MONITORAMENTO:

•AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Afghanistan: Lifesaving services cut as Taliban bars women aid workers](#). **UN News**, 12 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Azerbaijan keeps war risk alive, warns Armenian analyst](#) **Panorama AM**, 14 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Bangladesh's Challenges Ahead Of Yunus-Led Polls In February](#). **NDTV World**, 16 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•BELARUS - Instabilidade regional: [Rússia e Belarus ensaiam lançamento de armas nucleares, diz presidente bielorusso](#) **InfoMoney 25**, 16 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•BOLÍVIA - Instabilidade sociopolítica: [‘The Dubai of South America’: how the promise of riches from lithium mining turned to dust in Bolivia](#). **The Guardian**, 03 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: ['Cemitério dos homens vivos': a brutalidade na megaprisão de Bukele relatada por 8 venezuelanos deportados pelos EUA para El Salvador](#). **BBC**, 19 ago. 2025. Acesso em: 25 ago. 2025.

•EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Policia de Ecuador reprime protestas contra Noboa por retiro de subsidio al diésel](#). **Telesur**, 15 set.. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•ETIÓPIA - Instabilidade interna: [Egypt warns UNSC that Ethiopian Nile Dam threatens its water security](#) - **Dailynewsegypt** 09 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•PENÍNSULA COREANA - Instabilidade regional: [North Korea slams ‘dangerous’ drills by US, Japan, South Korea](#). **Aljazeera**, 14 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•POLÔNIA- Instabilidade regional: [Polônia convoca Conselho de Segurança da ONU após drones entrarem em seu território](#) **TASS**, 11 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.

•SENEGAL - Instabilidade sociopolítica: [Sénégal: l'opposition critique le nouveau gouvernement et dénonce un remaniement «politicien»](#). **RFI**, 13 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•SUDÃO DO SUL - Instabilidade regional: [South Sudan vice president charged with murder, crimes against humanity](#). **RFI**, 12 set. 2025. Acesso em: 15 set. 2025.

•TAIWAN - Instabilidade regional: [China’s newest aircraft carrier transits Taiwan Strait for final tests](#). **Aljazeera**, 12 set. 2025. Acesso em: 16 set. 2025.